

notícias da FEDERAÇÃO



JORNAL DA FNE
ANO XI - MAIO /95
PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

MILHARES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO MANIFESTARAM O SEU DESCONTENTAMENTO FRENTE AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



EDITORIAL

VAMOS
PROSSEGUIR,
CERTOS DA
NOSSA RAZÃO,
ATÉ QUE ALUTA,
QUE AGORA
INICIAMOS,
ABRA O CAMI-
NHO A UMA
VERDADEIRA
NEGOCIAÇÃO.

Maria Manuela Teixeira

Pág. 3

No final da manifestação, foi aprovada por aclamação uma moção em que os presentes afirmavam a sua exigência de que:

“o Ministério da Educação adopte uma nova atitude em relação às organizações sindicais do sector, que privilegie a negociação e a concertação, sem o que não haverá condições para que o trabalho nas escolas decorra em normalidade”

Pág. 8





O NOSSO CONGRESSO NA IMPRENSA

A cobertura noticiosa que os diferentes meios de comunicação social fizeram do IV Congresso da nossa Federação permitiu que a generalidade dos cidadãos tivesse acesso ao conhecimento dos problemas que nele foram debatidos. Com efeito, as rádios, os jornais e as televisões passaram, com grande destaque, inúmera informação relativa aos três dias de trabalho. Uma única nota negativa ficou a ensombrar este panorama: foi a RTP. Como a nossa Secretária-Geral fez questão de sublinhar no seu discurso de encerramento, os dois canais de televisão pública ignoraram o nosso Congresso. Tendo feito filmagens antes da abertura e tendo apresentado essas imagens, bem como a entrevista feita a Manuela Teixeira, no noticiário da tarde do dia 19, sujeitou-se a um silêncio absoluto a partir desse momento. Ter-se-á ficado a dever este silêncio às posições críticas que Manuela Teixeira logo avançou relativamente ao Governo?

Os canais privados de televisão dedicaram espaços significativos dos seus noticiários principais à apresentação de imagens e comentários sobre o Congresso.

As rádios de cobertura nacional, regional e local realizaram intervenções em directo e entrevistaram dirigentes da Federação, ao longo dos três dias de trabalho

Os jornais dedicaram primeiras páginas aos momentos mais significativos do Congresso. Para registo, deixamos ficar uma lista de títulos que marcaram a Imprensa nos dias 20, 21 e 22 de Abril de 1995:

Público, 20/4 : Manuela Teixeira abriu as hostilidades contra a ministra da Educação no IV Congresso da FNE - O fim das tréguas

A Capital, 20/4 : Federação Nacional de Educação ameaça com greve - "Ministra governa contra Educação"

Correio da Manhã, 20/4: FNE critica política educativa - Professores ameaçam com recurso à greve

Jornal de Notícias, 20/4: Ministra tem desbaratado o esforço dos professores - Manuela teixeira marcou a abertura do 4º Congresso da FNE com fortes críticas à acção de Manuela Ferreira Leite

Comércio do Porto, 20/4: FNE acusa Ministra da Educação de "governar contra tudo e todos"

Diário de Notícias, 20/4: Congresso de Professores acusa Ministra da Educação - "Governação autista"

Jornal de Notícias, 21/4 : Concertar é a saída para a crise do sistema - Congresso da FNE

analisou problemas que afligem as escolas

Público, 21/4: Segundo dia do IV Congresso da FNE dedicado ao debate de ideias para a Educação - Uma nação em risco

A Capital, 21/4: FNE avança para Tribunal Europeu - Docentes processam Governo por "incumprimento" de deveres

Diário de Notícias, 21/4: FNE processa Governo português e anuncia manifestação nacional contra Manuela Ferreira Leite - Uma nação em estado de risco

Jornal de Notícias, 22/4: Lutemos pela mudança com o Governo ao largo - exaltou Manuela Teixeira no encerramento do 4º Congresso da FNE

Diário de Notícias, 22/4: Congresso dos Professores termina com novas críticas à Ministra da Educação - "Não faça mais nada!"

Expresso, 22/4: Professores em Congresso criticam Governo

Proprietário: Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Directora: Maria Manuela Teixeira

Redacção: Rua Costa Cabral, 1035 - 4200 Porto

Composto e Impresso: SPZN

Distribuição: FNE

Registo na DGCS nº 11551

Depósito Legal nº 53657/92

É IMPERATIVO LUTAR

A FNE afirmou-se, no panorama sindical português, por defender um sindicalismo de proposta e de acção.

Sindicalismo de proposta que se traduz pela permanente defesa do diálogo e da concertação, pela elaboração de propostas baseadas em estudos rigorosos de situação;

sindicalismo de acção porque não teme recorrer à luta, passar para o terreno e defender, sem limites, os interesses dos trabalhadores que representa.

Preferimos a concertação à luta. Isso é bem evidenciado pelas propostas que temos apresentado, pelo tempo que dedicamos às negociações, pelo número significativo de acordos que celebramos. Mas não recuamos perante a luta quando ela se torna necessária, como é o caso no momento actual.

A actuação do Governo - que há cerca de ano e meio se recusa, na prática, a qualquer negociação - determinou o tom do nosso Congresso que, perspectivando o futuro a médio e longo prazo, definiu o caminho a seguir no curto prazo, tendo em vista exigir ao Governo o cumprimento de compromissos anteriormente assumidos e o respeito pelos trabalhadores que representamos.

Concluído o Congresso, os órgãos eleitos reuniram, de imediato, para dar concretização às decisões tomadas.

As reuniões realizadas nas escolas e a nível concelhio, a distribuição massiça de uma carta à população e a grandiosa manifestação que levamos a cabo em Lisboa foram bem a expressão do descontentamento dos trabalhadores da Educação que, em todo o tempo, contaram com o apoio dos portugueses que os acompanharam neste protesto nacional.

No próprio dia da Manifestação a Senhora Ministra diria à Rádio Renascença que a FNE nunca a apoiou. Esta pequena afirmação expressa bem o pensamento político da titular da Educação...

A senhora Ministra ignora que os Sindicatos não estão feitos para apoiar Ministros mas para com eles negociar. Mas esta é, infelizmente, apenas uma das muitas coisas que Sua Excelência ignora para mal da educação...

VAMOS PROSSEGUIR, CERTOS DA NOSSA RAZÃO, ATÉ QUE A LUTA, QUE AGORA INICIAMOS, ABRA O CAMINHO A UMA VERDADEIRA NEGOCIAÇÃO.

Maria Manuela Teixeira



EDITORIAL

FNE EXIGE INTERVENÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA NEGOCIAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ECD

Na sua intervenção de encerramento dos trabalhos do IV Congresso, Manuela Teixeira anunciou que vai solicitar um encontro com o Primeiro-Ministro, no sentido de obter a sua intervenção, para conseguir que seja desbloqueado o impasse a que se chegou nas negociações com o Ministério da Educação, em termos de conclusão da regulamentação do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 55º.

A Secretária-Geral da FNE reafirmou, a propósito, a sua esperança nos bons ofícios do Primeiro-Ministro, "porque o tenho como um homem de palavra, para além de ter sido num seu Governo que foi assinado connosco o Estatuto da Carreira Docente".

A intervenção da Secretária-Geral foi marcada, logo no início, por um veemente protesto pela ausência de cobertura noticiosa do Congresso por parte da RTP. Talvez, como explicou, por a FNE ter feito o relatório da "inactividade" do Ministério da Educação. A propósito, Manuela Teixeira salientou o interesse manifestado pela totalidade dos grandes órgãos de Comunicação Social, com uma cobertura noticiosa quase permanente, destacando todos os momentos altos que constituíram o Congresso. Garantindo que faria chegar à RTP as conclusões do Congresso, Manuela Teixeira anunciou a sua disponibilidade para a realização de um debate entre si e a Ministra da Educação em qualquer órgão de Comunicação Social.

"Se for para fazer o que tem feito até agora, senhora ministra, não faça mais nada até Outubro" - foi o apelo que Manuela Teixeira lançou da tribuna do Congresso. Ao mesmo tempo, pediu que o Ministério da Educação "deixe respirar as escolas", numa clara manifestação de

desagrado pelo excesso de regulamentação que o Ministério sistematicamente faz chegar às escolas.

Relativamente à FENPROF, após ter sido confrontada com uma notícia publicada num jornal diário, a secretária-geral disse já estar "habituada a que a FENPROF negocie quando a FNE rompe com a ministra. Quando estamos em diálogo acusam-nos de estarmos a trair os professores, mas depois avançam". No final, "o acordo não se fará", concluiu.

Finalmente, centrou a sua atenção no plano de luta que a FNE pretende desencadear, para obter a conclusão da Regulamentação do ECD, com destaque para o artigo 55º - aquele que afinal consubstancia o sentido da Carreira Única -, o qual foi objecto de acordo entre a FNE e o Governo em 1989 e serviu de suporte a toda a articulação do Estatuto.

Manuela Teixeira convidou todos os delegados a prepararem-se para intervirem numa luta dura contra o Governo, na exigência de cumprimento dos compromissos assumidos com os Sindicatos, nomeadamente com a FNE.

Preveniu, os cerca de 800 delegados para a eventualidade de outros sindicatos virem a estabelecer acordos com o Governo, com perda de regalias para os professores. Manuela Teixeira não deixou de vincar que uma greve conjunta de todas as estruturas representativas dos professores surtiria mais efeito do que greves individuais. "Contrariamente à prática da ministra da Educação, optamos pela união. Não pretendemos dividir para reinar, como tem feito a titular da pasta da Educação ao longo deste ano e meio de mandato", disse.

Manuela Teixeira terminaria chamando a atenção para o lema do Congresso, reafirmando a sua convicção de que "um governo só ganha o futuro apostando na educação. Enganam-se, pois, todos quantos pensam que a educação se muda por decreto", frisou.

Por fim, a Secretária-Geral da FNE anunciou aos congressistas a decisão de solicitar a integração da FNE na UGT.

JOÃO PROENÇA CRITICOU FALTA DE DIÁLOGO DO GOVERNO

Na sua intervenção final, o Secretário-Geral da UGT começou por se regozijar com a adesão da FNE à UGT, lembrando que "desse modo o sindicalismo ficará mais forte".

Mais adiante, João Proença criticou "aqueles que querem dirigir a educação em Portugal sem serem capazes de dialogar. Ao recusar o diálogo, recusam algo de fundamental no processo educativo - a capacidade plena de exercerem o seu direito de cidadania, criatividade e participação", observou.

Referindo-se ao desfazamento que disse ser evidente entre a vida activa e a formação escolar, o Secretário-Geral da UGT salientou que "o mais grave é os nossos jovens



pensarem que não vale a pena estudar porque não vão encontrar emprego". João Proença falou ainda de desemprego para recordar que "tem sido uma preocupação dos nossos governos controlar a inflação, esquecendo os problemas sociais com que se debatem as populações. Por isso concluiu, apelando para que "o novo Governo, a sair das eleições de Outubro, qualquer que ele seja, aposte decididamente numa política de concertação estratégica".

Não é possível apresentar o relatório das actividades desenvolvidas pela FNE ao longo destes três anos sem, de algum modo, apresentar o relatório da inactividade do Ministério da Educação no último ano e meio.

Se os colegas bem se recordam, o último Congresso coincidiu, praticamente, com o início do mandato do Eng^o Couto dos Santos como Ministro da Educação.

Foi com o Ministro Couto dos Santos que se conseguiu uma regulamentação da candidatura ao 8^o escalão sem limitação de vagas

Apesar de muitas críticas que outros lhe dirigiram, nós fazemos do seu mandato uma apreciação globalmente positiva.

De facto, foi possível estabelecer com o Ministro Couto dos Santos um relacionamento negocial muito correcto e se, frequentemente, estivemos em desacordo, importa enfatizar que com ele se desbloquearam negociações paralisadas há mais de dois anos. De entre elas urge reconhecer o modo como foi regulamentada a candidatura de acesso ao oitavo escalão, onde se afastou, de vez, a tentativa de introdução de numerus clausus para acesso ao topo da carreira. Se hoje podemos admitir que se reveja essa regulamentação - designadamente, encontrando alternativas ao trabalho de índole educacional - não pode ignorar-se como a regulamentação que foi feita permitiu afastar quaisquer regras que levassem a uma limitação de vagas, expressa ou encapotada, limitação com que os nossos adversários sindicais tanto esgrimiram...

Também com Couto dos Santos foi possível estabelecer outros importantes acordos como o que conduziu à correcção de múltiplas distorções constantes da Portaria relativa à recuperação do tempo de serviço docente. Se a nova Portaria não resolve todos os problemas é verdade que é bem melhor do que a anterior.

Celebrámos com a equipa liderada por Couto dos Santos três importantes acordos - em 29 de Abril e 7 de Julho de 1992 e em 21 de Julho c'e



DENÚNCIA DA INACÇÃO DE MANUELA FERREIRA LEITE NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**- acusou Manuela Teixeira na sua
intervenção inicial**

1993 -, todos eles traduzidos em textos legais, como se recorda no relatório que vos foi distribuído.

**Manuela Ferreira Leite veio interromper um
processo negocial relevante**

A sua substituição em Dezembro de 1993, pela Ministra Ferreira Leite, veio interromper um processo negocial relevante e deixar por regulamentar tudo o que, ainda, faltava.

De facto, a partir da tomada de posse da nova Ministra não foi possível estabelecer acordo sobre nenhuma matéria.

(Continua na pág. 6)

Continuação da pág. 5

INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA-GERAL NA ABERTURA DO CONGRESSO

Atrevo-me mesmo a dizer que o que ficará do seu mandato é a imagem de um governante que governou contra os professores, contra os alunos, e, sobretudo, contra a educação.

Convencendo-se de que só ela sabe o que é bom para o país, ignorando que nenhuma mudança significativa se opera por decreto mas que, pelo contrário, há-de contar com o empenhamento daqueles a quem compete executá-la, a actual Ministra da Educação tem desbaratado todo o esforço sincero dos professores e das escolas no sentido de dar resposta às novas exigências que cada dia se colocam no campo da educação

As provas da ineficácia da actual Ministra da Educação

De facto,

- o modo como condenou na opinião pública, sem processo, os professores que elaboraram, no ano passado, as provas do 12º ano,

- as alterações atrabiliárias que introduziu ao processo de avaliação dos alunos,

- a incapacidade com que enfrentou a colocação do pessoal auxiliar nas escolas, no início deste ano,

- o modo como dirige centralizadamente, e sem competência técnica, as escolas a partir do seu Gabinete,

- a maneira como recusa discutir algumas questões, como é o caso das carreiras do ensino superior,

- o ritmo que imprime à resolução de problemas de gritante injustiça, como foi o caso ocorrido com os estabelecimentos de educação pré-escolar e como é o caso, ainda actual dos salários dos professores de portugueses no estrangeiro - que têm em 1995 um salário líquido nominal inferior ao que auferiam em 1993;



- o estilo com que se relaciona com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da educação,

são, apenas, alguns indicadores de um modo de governação autista, desligado de toda a relação normal com a sociedade civil, com os cidadãos que são, afinal, quem legitima qualquer governo em democracia.

Desde que tomou posse, a Ministra Ferreira Leite recebeu o Secretariado da FNE seis vezes; em muitas dessas reuniões a senhora Ministra prometeu resolver vários problemas ou ir ponderar algumas das nossas propostas mas em nenhuma delas se chegou a qualquer acordo substantivo nem qualquer das suas promessas foi concretizada.

A ausência de resultados não se deve a falta de propostas da Federação mas à total incapacidade da Ministra de compreender ou de aceitar as nossas perspectivas.

É, pois, relativamente fraco o resultado da acção reivindicativa da FNE no último ano e meio; foi este, contudo, um dos períodos em que mais aprofundadamente fundamentámos as nossas propostas, convencidos como estávamos de que a força da nossa razão podia triunfar sobre a obstinação ministerial.

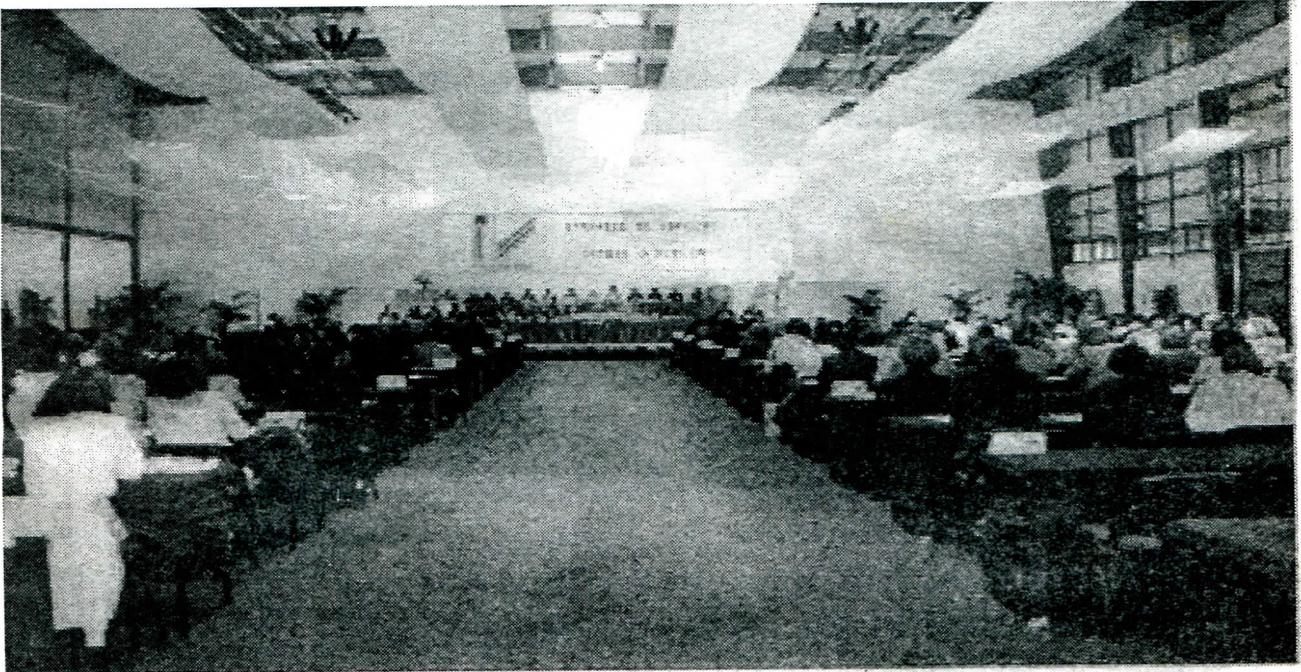
Este foi, também, um período marcado por uma grave crise económica que conduziu a reduções salariais significativas ao nível da Administração Pública e em que a situação salarial dos trabalhadores ao serviço das Instituições Privadas de Solidariedade Social se agravaram uma vez que a Portaria de Regulamentação de Trabalho não é revista desde 1985.

(Continua na pág. 7)

Continuação da pág. 6

INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA- -GERAL NA ABERTURA DO CONGRESSO

O alargamento da rede do pré-escolar recentemente anunciada não garante, nem a qualidade do serviço prestado, nem a equiparação das carreiras destes educadores com os da rede



Deve assinalar-se que a recente medida anunciada de alargamento da rede da educação pré-escolar por colaboração com entidades privadas não acautela a equiparação de carreiras dos educadores de infância e dos outros trabalhadores da educação com as dos seus congéneres da rede pública podendo conduzir a uma grave proletarização de profissionais qualificados. Por isso esta medida, apesar de elementos positivos que, inegavelmente, encerra, nos merece as maiores reservas.

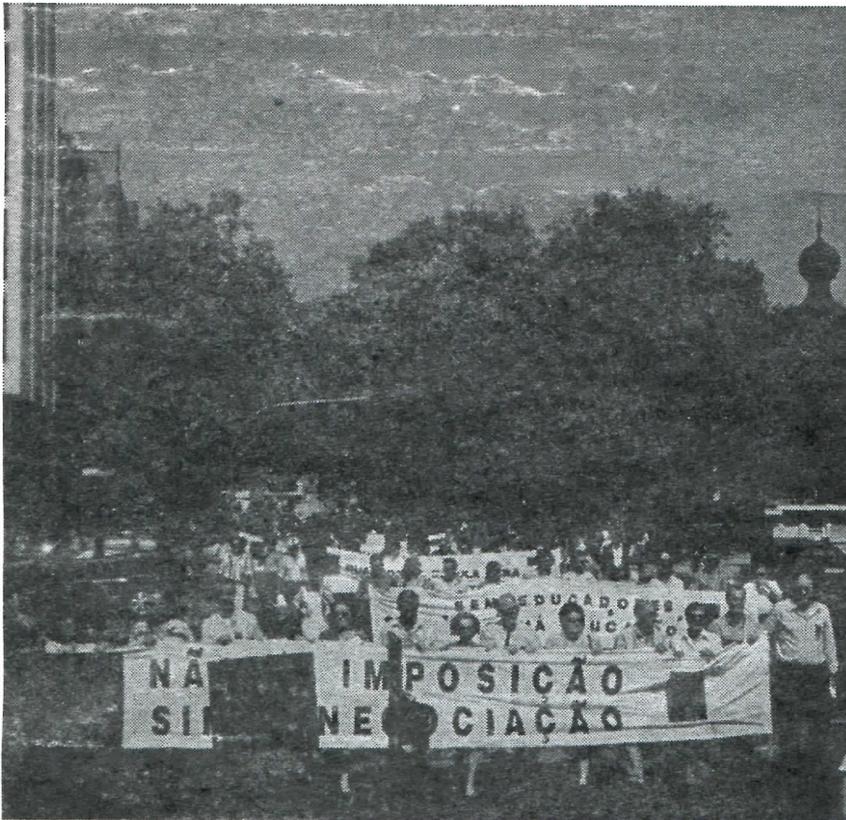
Caros colegas congressistas, chegamos a este Congresso com a consciência do dever cumprido.

O esforço que fizemos ao nível da formação de professores - que tem o seu ponto mais alto na criação e consolidação do ISET -, os colóquios e seminários que organizamos, a denúncia que fizemos de todas as situações de desvio da política educativa, as lutas que empreendemos, as propostas que elaboramos e os

acordos que fizemos com a equipa anterior vêm descritos no relatório que vos foi oportunamente enviado. Em todos os momentos procuramos defender os trabalhadores que representamos, apoiar o desenvolvimento de uma educação de qualidade, servir o país, honrando o mandato que nos confia. A vós compete, agora, apreciar o trabalho que realizamos: suscitar questões, esclarecer dúvidas e, em definitivo, julgar a acção que desenvolvemos neste triénio já que foi em vosso nome que conduzimos a FNE no triénio que agora se encerra. Para concluir, apenas, queria deixar clara a nossa atitude de espírito. Não nos sentimos desanimados com a falta de respostas por parte do Ministério da Educação. Temos bem consciência de que o movimento sindical é feito de propostas, de negociações e, também, de lutas.

Os Ministros passam e o Movimento Sindical permanece quando sabe ser fiel aos ideais que estiveram na sua origem.

MILHARES DE TRABALHADORES DA E



Milhares de Trabalhadores da Educação de todo o país concentraram-se no dia 5 de Junho em frente ao Ministério da Educação, para gritarem a sua indignação perante a prepotência deste Ministério.

A LEI É PARA CUMPRIR foi o “slogan” que mais vezes de ouviu, ao lado de outros que reivindicavam **SEM EDUCADORES NÃO HÁ EDUCAÇÃO** ou ainda **NÃO À IMPOSIÇÃO! SIM À NEGOCIAÇÃO.**

No final da manifestação, foi aprovada por aclamação uma moção em que os presentes afirmavam a sua exigência de que **“o Ministério da**

Educação adopte uma nova atitude em relação às organizações sindicais do sector, que privilegie a negociação e a concertação, sem o que não haverá condições para que o trabalho nas escolas decorra em normalidade”.

Em frente ao Ministério da Educação, os manifestantes estiveram acompanhados pelo Secretário-Geral da UGT, João Proença, e pelo Presidente da

O SEU DESCONTENTAM FRENTE AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UGT, Pereira Lopes, para além de outros dirigentes desta central sindical. Na altura, ficou bem patente que “se chegou ao fim do caminho com esta ministra”

Numa alocução várias vezes interrompida por todos os manifestantes, Manuela Teixeira fez a apresentação das “pequenas grandes coisas” de que a Ministra da Educação se tem esquecido, pondo em causa “um esforço pela educação feito por governos deste Primeiro-Ministro”, lembrando que o Governo será julgado em Outubro também pelas promessas que fez e não cumpriu.

Manuela Teixeira não podia deixar de aproveitar a

EDUCAÇÃO MANIFESTARAM



oportunidade para comentar o desabafo da ministra em comentários desse dia à Rádio Renascença, em que se queixava de nunca ter contado com o apoio da FNE em todo o seu mandato. Manuela Teixeira respondeu que as organizações sindicais não existem para apoiar ministros ou governos, mas para procurar, pela via do diálogo e da negociação, a defesa dos trabalhadores que representam.

Assim, das organizações sindicais só se pode esperar que apoiem - isso sim - os acordos a que chegarem e não os governos ou os ministros com quem negociam.

Esta Ministra da

Educação já não tem legitimidade para fazer mais nada, já que tem contra ela os professores, os técnicos Administrativos e auxiliares da educação, os pais, os alunos, a sociedade em geral - concluiu a



Secretária-Geral da FNE. Por isso, Manuela Teixeira aconselhou-a: "Não faça mais nada até Outubro!". Assim, exortou o Primeiro-Ministro a não agendar para Conselho de Ministros mais nenhuma proposta legislativa da responsabilidade desta Ministra.

A terminar a manifestação, João Proença lembrou que será responsabilidade do próximo Governo "dialogar e concertar e ter uma política que garanta aos jovens um ensino que os prepare para o futuro." Na sua intervenção, o Secretário-Geral da UGT acusou o Governo de não ter política para a Educação e subscreveu as críticas de que o Executivo não cumpriu as promessas assumidas na área da Educação.

Um conselho da FNE à Ministra da Educação

"Não faça mais nada até Outubro!"

CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

Nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 1995, reuniu, na Exponor, em Matosinhos, o IV Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, sob o lema
“Investir na Educação é ganhar o futuro”.



APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO

O Congresso apreciou e votou favoravelmente o relatório de actividades desenvolvidas pela Federação ao longo do último triénio.

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA FNE

O Congresso aprovou por maioria as propostas de alteração aos Estatutos da Federação, entre as quais se sublinham as seguintes nesta síntese final:

a) os Órgãos da Federação passam a ser os seguintes: o Congresso, a Mesa do Congresso e do Conselho Geral, o Secretariado Executivo, o Secretariado Nacional e a Comissão de Fiscalização, sendo a Mesa do Congresso e do Conselho Geral e o Secretariado Executivo eleitos em lista conjunta por votação secreta e maioritária;

b) o Conselho Geral passa a dispor do

direito de propor e aprovar propostas que obriguem o Secretariado Nacional, desde que se insiram no plano de acção e na linha de orientação política aprovados pelo Congresso;

c) o Conselho Geral passa a dispor também do direito de deliberar sobre a adesão da FNE a estruturas sindicais nacionais e internacionais.

d) o Secretariado Executivo passa a ser constituído pelo Secretário-Geral, 2 Vice-Secretários-Gerais e, pelo menos, 18 secretários nacionais executivos;

e) o Secretariado Nacional passa a ser constituído pelo Secretariado Executivo e por um conjunto de Vogais indicados pelas direcções de cada sindicato membro, segundo a regra de que os sindicatos com mais de 15 000 sócios indicam 3 vogais, os sindicatos com mais de 7 000 sócios 2 vogais e os sindicatos até 7 000 sócios 1 vogal.

(Continua na pág. 11)

CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

(Continuação da pág. 10)

APRECIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO A DESENVOLVER

O Congresso aprovou também o plano de acção a desenvolver pela Federação ao longo do próximo triénio, do qual se destacam as seguintes orientações genéricas para a sua acção:

- é imprescindível reforçar o papel do movimento sindical democrático, através da mobilização de todos os trabalhadores no sentido da construção de um pensamento sindical comum e na definição de práticas sindicais de excelência;

- a intervenção político-sindical da FNE fundamenta-se na busca permanente do diálogo, da negociação e da concertação, sem abdicar de uma acção de luta consequente quando tal se torne imperativo

- a acção da FNE pauta-se por uma política de permanente diálogo com todos os seus representados e na prestação dos serviços que forem considerados imprescindíveis;

- a FNE estrutura-se por forma a garantir permanentemente a participação de todos os seus membros;

- o reforço da coesão interna da FNE e da sua intervenção na sociedade constitui factor fundamental na identificação e promoção de alterações significativas no sentido da consecução de um sistema educativo de qualidade no nosso País.

- o sistema educativo português deve ser organizado de forma a garantir uma formação de alta qualidade em todos os níveis que garantatodos os cidadãos uma escolarização que os prepare para os desafios do futuro, numa perspectiva crítica, interventora e democrática e que garanta a sua mobilidade no âmbito da União Europeia, em particular, e do mundo em geral;

- o sistema educativo deve estar organizado de forma a respeitar a diversidade de todos os que o frequentam, garantindo, ao mesmo tempo, a todos, o direito à educação e às condições de sucesso educativo, bem como a liberdade de opção relativamente ao ensino público ou ao particular;

- a concretização da comunidade educativa, de par com a consolidação da autonomia das escolas, constitui factor preponderante na construção de escolas de qualidade e consequentemente de um sistema educativo que responda às efectivas necessidades de formação de todos os que o frequentam;

(Continua na pág. 14)



Conforme estava previsto, realizou-se durante a tarde do segundo dia de trabalhos do Congresso o painel subordinado ao tema "Que educação para o século XXI?".

Estiveram presentes o ex-Ministro da Educação, Prof. Veiga Simão, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Marçal Grilo, o Presidente da CIP, Ferraz da Costa, e o Secretário-Geral da UGT, João Proença, para além de Conceição Alves Pinto - Presidente do ISET - e Manuela Teixeira, que moderou o debate. Embora convidado, não pôde estar presente o ex-Ministro da Educação Prof. Victor Crespo, o qual, no entanto, fez chegar à organização a sua comunicação - que foi lida pela Secretária-Geral da FNE.

O CONGRESSO DEBATEU "QUE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI?"



Com o auditório praticamente cheio, o debate teve pontos altos no momento particularmente difícil para a educação, tendo sido sublinhada por quase todos os intervenientes a necessidade de uma forte aposta do Estado no investimento na Educação, como o meio de garantir respostas de qualidade para os desafios do século que se avizinha.

Na sua comunicação, Veiga Simão defendeu a aplicação e o reforço do binómio formação e educação: "A resposta mais criativa aos actuais desafios sociais e económicos e aquela que oferece, ao emprego, possibilidades de soluções aceitáveis no futuro, está dependente de um tratamento integrado deste binómio. Para além do desenvolvimento individual e do culto dos valores da cidadania, a visão simultânea deste binómio proporciona formas de actuação que minimizam a crise do emprego, reduzem a exclusão social e a marginalidade e permitem a

humanização da sociedade face às mutações tecnológicas."

Mais adiante, o antigo governante diria que educação e formação são as bases de políticas concretas, razão pela qual defendeu a obrigatoriedade da criação de um 10º ano de formação profissional para todos os cidadãos, procurando rentabilizar as estruturas existentes em diversos departamentos do Estado.

Por seu lado, Ferraz da Costa realçou a importância crescente da reforma educativa, salientando não ter "qualquer dúvida de que a importância que hoje se atribui à educação vai aumentar espectacularmente o nível educacional e de qualificações dos países onde as reformas foram conduzidas com base em diagnósticos sérios da situação existente e com objectivos realistas, mas muito ambiciosos."

Mais adiante, o Presidente da CIP observou que "se o objectivo da reforma nos anos 60 era

a **Universidade, hoje é a escola profissional que está na mira dos reformadores**", acrescentando ainda que, consciente da polémica que uma tal posição encerra, os Governos deviam começar a reduzir os auxílios aos alunos universitários, apostando isso sim nas escolas situadas em zonas mais deprimidas.

A mensagem de Victor Crespo salientava que um dos pontos mais débeis no actual desenvolvimento e reestruturação do Sistema Educativo diz respeito às componentes de formação profissional, tanto a nível secundário como superior. "É preciso que se afirme com clareza que a formação profissional não cria empregos. Quem os cria são as empresas e as actividades económicas e sociais."

O ex-ministro da Educação salientava ainda no texto lido aos Congressistas que **"Existe entre nós um certo divórcio entre a escola e o mundo da vida activa, designadamente, o empresarial, com culpas repartidas que impota ultrapassar com benefícios recíprocos."**



Finalmente, Victor Crespo assinalava a necessidade de "quebrar definitivamente as barreiras ainda existentes . Para tal, é necessária uma maior interacção escola-empresa, caminho onde há muito por percorrer."

O Prof. Marçal Grilo começou por reflectir sobre o sentido da crise de que tanto se fala, considerando tornar-se urgente "preparar e negociar um acordo global que viabilize entre os principais protagonistas do processo educativo uma estratégia para o sector. Esta será, do meu ponto de vista, a única forma de se restabelecer uma certa esperança e uma maior motivação dos protagonistas - professores, pais e estudantes."

Falando depois sobre a qualidade do ensino, o Presidente do CNE defendeu a adopção de três lemas:

"a) Educar para pensar; b) Formar para competir; c) Encarar os novos desafios com novas soluções."

A concluir, Marçal Grilo salientou que "A Educação é demasiado importante para se afirmar como uma questão de um ministério e de professores. Trata-se de um problema que nos diz respeito a todos, isto é, a escola é mais importante que o próprio sistema."

Nasua intervenção, **João Proença, Secretário-Geral da UGT, procurou sensibilizar o Presidente da CIP para a necessidade cada vez maior investir no binómio escola-empresa.** O sindicalista diria da sua convicção de que com esta aposta será mais fácil aos jovens saídos das nossas universidades encontrarem colocação no mercado de trabalho. Neste sentido, a articulação da acção desenvolvida pelas escolas com disponibilidades nas empresas para a realização de estágios constituiria um passo significativo para contrariar a tendência para o desemprego crescente.

Este painel constituiu um importante momento de reflexão, sendo de salientar o debate que se seguiu às intervenções dos convidados, com inúmeras perguntas pertinentes.

CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

(Continuação da pág. 11)

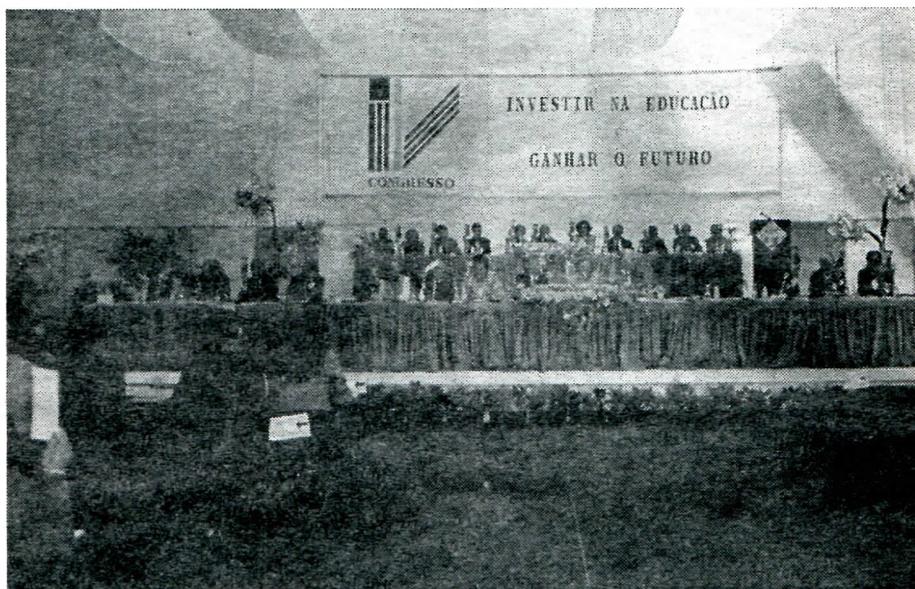
Deste modo, definiram-se as seguintes orientações para o triénio que agora se inicia:

A FNE manterá uma atenção permanente em relação a toda a política educativa, tendo como referencial os estudos e os avanços que se forem produzindo, quer na área das Ciências da Educação, quer no conhecimento das realidades em que o sistema educativo português se concretiza, o que se traduzirá nomeadamente nas seguintes acções:

- realização no final de cada ano lectivo de um balanço da acção do Governo na área da Educação e particularmente do Ministério da Educação, tornando-o público em conferência de imprensa;
- intervenção sistemática na definição das linhas orientadoras das mudanças tornadas necessárias no sistema educativo, com relevo para o estabelecimento de um quadro legislativo coerente e congruente com princípios educativos essenciais ao progresso do país;
- participação activa na discussão das políticas educativas, nomeadamente na redefinição da rede escolar;
- continuação do debate iniciado no Congresso sobre o futuro da Educação, prosseguindo o acompanhamento dos problemas da Reforma, fazendo propostas e denunciando

atrasos e realizando seminários/encontros de dirigentes sindicais, eventualmente com a participação de especialistas na área da educação, quando for julgado pertinente;

- apreciação dos Orçamentos do Estado e



da sua adequação às necessidades do sistema educativo;

- aprofundamento do debate com outras entidades de âmbito nacional cuja acção tenha incidência na política educativa nacional.

No plano reivindicativo, a acção da FNE continuará a pautar-se pelo princípio de que é na via da negociação e da concertação que se encontram as fórmulas mais ajustadas, quer ao progresso do País em geral, quer da Educação em particular, quer ainda à defesa e consagração dos direitos de todos os trabalhadores da Educação.

No entanto, em circunstâncias em que o diálogo se venha a revelar ineficaz, o recurso a diferentes e visíveis formas de pressão que visem defender direitos em perigo ou o acesso a novos direitos irrecusáveis constituirá um meio a usar.

(Continua na pág. 15)

CONCLUSÕES DO IV CONGRESSO

(Continuação da pág. 14)

A FNE considera essencial que se altere a Lei de Negociação Colectiva para a Administração Pública, de modo a evitar que, no futuro, se verifique a determinação unilateral, por parte do Governo, das condições de trabalho na administração pública.

A dignificação das carreiras do pessoal da Educação é melhor defendida por mecanismos de rigor e exigência na progressão do que por esquemas facilitadores que apontem para a progressão automática.

Assim, considera-se essencial:

- todos os trabalhadores da Educação devem ter garantida a dignificação das respectivas carreiras;

- a progressão nas diferentes carreiras dos trabalhadores da Educação deve ser pautada por critérios de rigor, competência, e de não discricionariedade a que correspondam vencimentos compatíveis;

- o acesso a formação contínua, por iniciativa do próprio ou da entidade empregadora, deve ser incentivado, como modo de garantir permanentemente elevados níveis de competência no exercício dos diferentes cargos na área da Educação.

Foram relevados nas diferentes intervenções os seguintes aspectos:

- investimento na formação contínua dos trabalhadores não docentes pelo ISET;

- insistência na perspectiva de que a breve prazo os docentes de todos os graus de ensino sejam detentores de licenciatura;

- acompanhamento das experiências das EBIS;

- exigência de revisão dos valores das pensões hoje degradadas;

- apoio à promoção de medidas que visem apoiar os alunos nos seus tempos livres;

- reapreciação dos quadros das escolas dos 2º e 3º ciclos;

- acompanhamento rigoroso da situação dos educadores e professores contratados;

- acompanhamento do processo de criação de eventuais alternativas de igual dignidade ao trabalho de natureza educacional para efeitos de acesso ao 8º escalão;

- exigência de uma educação pré-escolar que responda às verdadeiras necessidades pedagógicas e sociais;

- acompanhamento do processo de revisão do modelo de administração das escolas.

O Congresso aprovou também solicitar desde já a adesão à União Geral de Trabalhadores (UGT) à Internacional da Educação (IE) e ao Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA FEDERAÇÃO PARA O TRIÉNIO 1995/98

Foram eleitos os novos Corpos Gerentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação para o triénio de 1995 a 1998, com 96,99 % de votos a favor, 2,44 % de votos contra e 0,56 % de votos nulos.

APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

O Congresso da FNE aprovou ainda as seguintes resoluções:

Solidariedade com o Povo de Timor Leste.

Pelo respeito dos direitos sindicais.

Pela Paz no mundo.

Pela criação de condições mínimas para o funcionamento das Delegações Escolares.

Contra a violência e a droga, pela segurança nas escolas.

IV CONGRESSO DA FNE

